



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo AJ , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e a proposta de Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Dezembro/2006

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Orgulho ferido

Um editorial da respeitada revista britânica **The Lancer** sobre o futuro de Cuba acendeu uma polêmica com pesquisadores latino-americanos. O texto da revista sugeriu que o país pode mergulhar num caos após a morte do ditador Fidel Castro, que sofre de câncer, tal como ocorreu nos países do Leste Europeu após a queda de seus regimes comunistas. E conclamou os Estados Unidos a preparar ajuda humanitária para os cubanos. De quebra, a publicação insinua que há dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano fazer frente a esse quadro.

“O editorial é um desrespeito à soberania de Cuba”, diz Maurício Torres Tovar, coordenador-geral da Alames (Associação Latino-Americana de Medicina Social). “A atenção do Estado cubano para com a saúde de sua população é um exemplo para todos. Cuba tem uma notável vocação solidária, ajudando, com remédios e serviços de profissionais, diversos países atingidos por catástrofes”, afirmou. Sergio Pastrana, da Academia de Ciências de Cuba, também protestou: “Temos condição de decidir se precisamos de ajuda e direito de escolher a quem pedi-la.”

(Revista **Pesquisa Fapesp**. Outubro 2006, n. 128)

1. A polêmica gerada pela revista **The Lancer** deveu-se ao fato de que seu editorial
- (A) propunha restrições ao desenvolvimento econômico do regime cubano, tal como já acontecera com outros países comunistas.
 - (B) buscava intervir na política externa de Cuba, denunciando os planos expansionistas do enfraquecido ditador caribenho.
 - (C) antecipava os acontecimentos e propunha ingerências externas, prevendo o caos do regime e do sistema de saúde cubanos.
 - (D) considerava que a morte do ditador cubano revelaria para o mundo o caos em que há muito mergulhara a saúde pública do país.
 - (E) insinuava que o povo cubano se prestaria a referendar um regime ainda mais rígido depois da morte do ditador Fidel Castro.

2. Segundo a alegação do coordenador-geral da Alames, as experiências cubanas, na área da saúde,
- I. sempre se pautaram pela solidariedade, embora fossem muito reduzidas e contassem com recursos limitados.
 - II. devem ser consideradas exemplares, no quadro internacional da medicina social.
 - III. demonstram a eficiência interna e a vocação solidária do Estado Cubano nessa área.
- Completa corretamente o enunciado o que se afirma em
- (A) II, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.

3. Sergio Pastrana afirma, em relação à posição do editorial do periódico britânico, que o povo cubano tem
- (A) competência para decidir seu destino e direito de apoiar a quem quiser.
 - (B) condição de apoiar a quem quiser e de escolher quem venha a apoiá-lo.
 - (C) a convicção de sua auto-suficiência e o direito de escolher sua área de influência.
 - (D) o direito de reconhecer suas fraquezas e o dever de saná-las internamente.
 - (E) o direito de avaliar suas necessidades e de decidir quem as preencheria.

4. Quatro ações são atribuídas, no primeiro parágrafo do texto, ao editorial da revista britânica **The Lancer**: **acender**, **sugerir**, **conclamar** e **insinuar**. Considerando-se o contexto, não haveria prejuízo para o sentido se tivessem sido empregados, respectivamente,
- (A) ensejar – aventar – convocar – sugerir
 - (B) instigar – propor – reiterar – infiltrar
 - (C) dirimir – conceder – atribuir – insuflar
 - (D) solapar – retificar – conceder – induzir
 - (E) conduzir – insinuar – proclamar – confessar

5. O editorial é um desrespeito à soberania de Cuba.
- A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substitua o segmento sublinhado por
- (A) constitui uma afronta da soberania de Cuba.
 - (B) representa um atentado contra a soberania de Cuba.
 - (C) estabelece uma restrição com a soberania de Cuba.
 - (D) é uma desconsideração em meio à soberania de Cuba.
 - (E) trata com descaso pela soberania de Cuba.

<p>6. Para que se respeite a concordância verbal, será preciso corrigir a frase:</p> <p>(A) Têm havido dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano.</p> <p>(B) Têm sido levantadas dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano.</p> <p>(C) Será que o sistema de saúde cubano tem suscitado dúvidas sobre sua eficácia?</p> <p>(D) Que dúvidas têm propalado os adversários de Cuba sobre seu sistema de saúde?</p> <p>(E) A quantas dúvidas tem dado margem o sistema de saúde de Cuba?</p>	<p>10. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Ficou tão evidente no texto o quanto Cuba é solidária que tem para isso uma notável vocação.</p> <p>(B) Onde a vocação de Cuba é realmente notável está no fator de sua incontestável solidariedade.</p> <p>(C) Amplamente vocacionada para tanto, Cuba também já demonstrou, ainda assim, o quanto é solidária.</p> <p>(D) Cuba já demonstrou, sobejamente, o quanto é vocacionada para o exercício da solidariedade.</p> <p>(E) Nunca faltou à solidariedade de Cuba a vocação para se mostrar respectivamente notável nisso.</p>
<p>7. A frase que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) O país pode chegar a uma situação caótica.</p> <p>(B) O editorial é um desrespeito à soberania cubana.</p> <p>(C) A atenção do Estado cubano para com a saúde popular é exemplo para todos.</p> <p>(D) Houve indignação e protestos contra o editorial da revista.</p> <p>(E) Cuba tem auxiliado países vítimas de catástrofes.</p>	<p>11. O editorial foi considerado um desrespeito à soberania de Cuba, <u>trataram a soberania de Cuba</u> como uma questão menor, <u>pretenderam reduzir a soberania de Cuba</u> a dimensões risíveis, como se os habitantes do país não <u>tivessem construído a soberania de Cuba</u> com sangue, suor e lágrimas.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) trataram a ela – reduzir-lhe – a tivessem construído.</p> <p>(B) trataram-na – reduzi-la – a tivessem construído.</p> <p>(C) a trataram – a reduziram – tivessem-na construído.</p> <p>(D) trataram-lhe – reduziram-lhe – lhe tivessem construído.</p> <p>(E) trataram-na – reduziram-lhe – lhe tivessem construído.</p>
<p>8. <u>De quebra</u>, a publicação insinua que há dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano <u>fazer frente a esse quadro</u>.</p> <p>A frase acima conservará a correção e o sentido caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) Apesar disso – confrontar-se com esse quadro.</p> <p>(B) Não obstante – enquadrar esse fato.</p> <p>(C) Além disso – enfrentar esse quadro.</p> <p>(D) Ainda assim – ficar face a face com esse quadro.</p> <p>(E) Por isso mesmo – enquadrar-se nisso.</p>	<p>12. A expressão com que preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Foi dura, mas justa, a réplica Sergio Pastrana se valeu, em desagravo à dignidade do país.</p> <p>(B) Foi grande a repercussão obteve o editorial da revista entre pesquisadores latino-americanos.</p> <p>(C) A muitos cubanos ofenderam os termos o editorial se referiu ao futuro do país.</p> <p>(D) As grandes potências costumam ser presunçosas quando analisam o tipo de sociedade os pequenos países escolheram construir.</p> <p>(E) A revista britânica esqueceu-se de que os cubanos notabilizaram-se pelo sentimento de solidariedade já demonstraram nas últimas décadas.</p>
<p>9. Está adequada a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase:</p> <p>(A) A publicação conclamará os Estados Unidos a terem providenciado ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(B) A publicação teria conclamado os Estados Unidos a que providenciassem ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(C) A publicação conclamará os Estados Unidos a que providenciam ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(D) A publicação tinha conclamado os Estados Unidos a que providenciariam ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(E) A publicação terá conclamado os Estados Unidos a que têm providenciado ajuda humanitária para os cubanos.</p>	<p>13. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. O editorial calou fundo nos pesquisadores latino-americanos, que a ele reagiram com firmeza.</p> <p>II. O povo cubano deve decidir, por si mesmo, se precisa ou não de ajuda externa.</p> <p>III. Ofertas de auxílio podem ser constrangedoras, quando não solicitadas.</p> <p>A eliminação da(s) vírgula(s) altera o sentido SOMENTE do que está em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>

<p>14. Estão corretos o emprego e a flexão dos verbos na frase:</p> <p>(A) A polêmica que o editorial tinha aceso entre os latino-americanos também acerrou os ânimos de intelectuais progressistas europeus.</p> <p>(B) Atitudes colonialistas costumam insulflar ressentimentos entre os povos que buscam imergir de suas fundas penúrias.</p> <p>(C) A revista The Lancer descriminou os cubanos, tratando-os como bem lhe aprouveu.</p> <p>(D) Se os cubanos interviessem em outros países do modo como já intervieram as grandes potências, seriam duramente rechaçados.</p> <p>(E) Que ninguém se surpreenda se os cubanos recomprem seu estilo de vida, após uma eventual ruptura política.</p>	<p>17. Dadas as seguintes células de uma planilha Excel, com os respectivos conteúdos:</p> <p>A1 = 1 A2 = 2 A3 = 3 A4 = 3 A5 = 2 A6 = 1</p> <p>Selecionando-se as células A1, A2 e A3 e arrastando-as simultaneamente, pela alça de preenchimento, sobre as células A4, A5 e A6, os conteúdos finais das células A1, A2, A3, A4, A5 e A6 serão, respectivamente,</p> <p>(A) 1, 2, 3, 1, 1 e 1. (B) 1, 2, 3, 1, 2 e 3. (C) 1, 2, 3, 3, 2 e 1. (D) 1, 2, 3, 3, 3 e 3. (E) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.</p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Há muito não se (tolerar) atitudes arrogantes como a do editorial da revista britânica.</p> <p>(B) É natural que (ferir) o orgulho do povo cubano as exortações publicadas na revista britânica.</p> <p>(C) Os pesquisadores não (haver) de se ofender, caso os termos do editorial da revista fossem menos prepotentes.</p> <p>(D) Foi precisa a argumentação de que se (valer) os pesquisadores latino-americanos em sua réplica ao editorial.</p> <p>(E) Aos países ricos não (competir) tomar decisões que afetem a soberania dos países em desenvolvimento.</p>	<p>18. O <i>Windows Explorer</i> em uma única exibição de sua janela mostra normalmente, no quadro à esquerda da mesma,</p> <p>(A) a estrutura hierárquica de arquivos, pastas e unidades do computador e, no quadro à direita, os diretórios, pastas e arquivos do item selecionado no quadro à esquerda.</p> <p>(B) a estrutura hierárquica somente das unidades do computador e, no quadro à direita, uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento.</p> <p>(C) a estrutura hierárquica somente das unidades do computador e, no quadro à direita, os detalhes de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento.</p> <p>(D) uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento do computador e, no quadro à direita, os detalhes de todas as pastas e arquivos do quadro à esquerda.</p> <p>(E) uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento do computador e, no quadro à direita, os detalhes da pasta ou do arquivo selecionado no quadro à esquerda.</p>
<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE INFORMÁTICA</p> <p>16. Na formatação de um parágrafo em um documento <i>Word</i>, para que</p> <p>I. todas as linhas avancem dentro das margens esquerda e direita, deve-se inserir um valor negativo, respectivamente, nos recuos esquerdo e direito.</p> <p>II. somente a primeira linha avance dentro da margem esquerda, deve-se inserir um valor negativo em recuo especial: primeira linha.</p> <p>III. todas as linhas, exceto a primeira, avancem dentro da margem direita, deve-se inserir um valor negativo em recuo especial: deslocamento.</p> <p>Nas declarações acima está INCORRETO o que se afirma em</p> <p>(A) I, somente. (B) II, somente. (C) I e III, somente. (D) II e III, somente. (E) I, II e III.</p>	<p>19. A <i>World Wide Web</i>, <i>www</i> ou simplesmente <i>Web</i> é um</p> <p>(A) conjunto de protocolos HTTP. (B) sinônimo de Internet. (C) sistema de hipertexto. (D) <i>web browser</i> para interagir com páginas <i>web</i>. (E) servidor <i>web</i> responsável por aceitar e responder os pedidos HTTP.</p> <p>20. Na categoria de códigos maliciosos (<i>malware</i>), um <i>adware</i> é um tipo de <i>software</i></p> <p>(A) que tem o objetivo de monitorar atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros. (B) projetado para apresentar propagandas através de um <i>browser</i> ou de algum outro programa instalado no computador. (C) que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, utilizando serviços criados ou modificados para este fim. (D) capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado de um computador. (E) que além de executar funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções normalmente maliciosas e sem o conhecimento do usuário.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Com relação às autarquias, é correto afirmar que
- (A) são pessoas jurídicas de direito privado estruturadas, obrigatoriamente, sob a forma de sociedade anônima.
 - (B) são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica para a prestação de determinado serviço público descentralizado.
 - (C) possuem capacidade de auto-administração e são constituídas mediante capital público e privado.
 - (D) se sujeitam ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações cíveis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - (E) gozam de privilégios fiscais extensivos às empresas do setor privado, quando exploram atividades econômicas.

22. Inseridos na estrutura do Estado, os órgãos públicos
- (A) são centros de competência que congregam atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.
 - (B) representam juridicamente a pessoa jurídica que integram, mas não possuem capacidade processual.
 - (C) são dotados de personalidade jurídica própria, razão pela qual mantêm relações funcionais entre si e com terceiros.
 - (D) compostos são unidades de ação constituídas por um só centro de competência, que exerce funções auxiliares diversificadas.
 - (E) autônomos são os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, que se subordinam hierarquicamente.

23. No que tange aos poderes administrativos, é INCORRETO afirmar que
- (A) a faculdade que o chefe do Executivo dispõe de explicitar a lei, para sua correta aplicação, decorre do poder normativo.
 - (B) o poder hierárquico tem por objetivo estabelecer uma relação de coordenação e subordinação entre os órgãos que integram a Administração Pública.
 - (C) por meio do poder de polícia, a Administração Pública limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
 - (D) o poder discricionário vincula o administrador público à forma, objeto e motivo do ato, deixando livre a opção quanto ao juízo de mérito.
 - (E) a Administração Pública, em virtude do poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

24. Em que pese a lei permitir a remoção *ex officio* do funcionário apenas para atender a necessidade do serviço público, o servidor competente para aplicar penalidades disciplinares utilizou-se de tal expediente com o único propósito de punir seu subordinado. Em virtude da situação narrada, o ato de remoção será
- (A) declarado nulo por vício quanto à forma.
 - (B) invalidado, com efeitos *ex nunc*, em razão de vício quanto à motivação.
 - (C) anulado por desvio de finalidade.
 - (D) julgado inexistente ante a ilegalidade de seu objeto.
 - (E) revogado, posto que praticado em desacordo com a regra de competência.

25. Tendo em vista o controle da administração, considere as afirmações abaixo.
- I. Os atos *interna corporis* que exorbitarem em seu conteúdo, ferindo direitos individuais e coletivos, poderão ser apreciados pelo Poder Judiciário.
 - II. O controle judiciário prévio dos atos obrigacionais expedidos pela Administração Pública limita-se aos aspectos da legalidade e mérito.
 - III. Por meio do poder de autotutela, a União exerce o controle interno sobre as entidades da Administração Indireta que instituiu.
 - IV. O Senado Federal exerce controle prévio, dentre outras hipóteses, quando aprova, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- É correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II, III.
 - (E) I, III e IV.

26. Túlio, servidor público federal sofreu pena disciplinar em julho de 2003, sendo que seis meses depois teve declarada sua ausência na esfera cível. Nesse caso, tendo em vista a Lei nº 8.112 de 11/12/1990, esse processo administrativo
- (A) não é mais passível de revisão tendo em vista a ocorrência da prescrição e decadência.
 - (B) poderá ser revisto a qualquer tempo, e por requerimento de qualquer pessoa da família.
 - (C) estará sujeito a revisão desde que o servidor seja encontrado ou justifique seu desaparecimento.
 - (D) não poderá ser revisto porque esse direito é personalíssimo, salvo se houver comprovação de seu falecimento.
 - (E) não pode ser revisto de ofício, porque depende de pedido formal e exclusivo dos sucessores ou terceiros interessados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante

- (A) resolução do Senado Federal, em único turno e com a aprovação de dois terços dos seus membros, após aprovação da população dos municípios diretamente interessada, através de referendo.
- (B) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de viabilidade Estadual.
- (C) consulta prévia à população dos Estados envolvidos, através de plebiscito, e da Câmara dos Deputados, por lei ordinária, e do Senado Federal, por resolução votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos seus membros.
- (D) lei federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, independentemente de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, desde que aprovado pelo Senado Federal.
- (E) aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

28. Analise as assertivas abaixo.

- I. Legislar sobre proteção à infância e juventude, educação, cultura, ensino e desporto.
- II. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- III. Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

Segundo a Constituição Federal, o afirmado em I, II e III, está respectivamente reservado à competência

- (A) privativa dos Estados; privativa da União, e concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) privativa da União; exclusiva da União, e concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e exclusiva da União.
- (D) concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; privativa da União, e concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; concorrente dos Estados e do Distrito Federal, e concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

29. Sobre Processo Legislativo, é INCORRETO afirmar que

- (A) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- (B) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (C) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- (D) as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente do Congresso Nacional, que deverá solicitar a delegação ao Presidente da República.
- (E) as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, são de iniciativa privativa do Presidente da República.

30. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- (A) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquelas em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam diretamente interessados.
- (B) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- (C) o *habeas corpus* decidido em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- (D) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- (E) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

31. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional 45, de 08/12/2004, é correto afirmar que

- (A) seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (B) se compõe de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade.
- (C) a função de Ministro-Corregedor será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal integrante do Conselho.
- (D) o mandato dos seus membros é de dois anos, vedada a recondução.
- (E) dentre seus membros, dois juízes de Tribunal Regional Federal serão indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

32. Analise as assertivas abaixo.

- I. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
- II. É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na forma da lei, estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- III. Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- IV. Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- V. É vedada à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Estão corretas SOMENTE

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

DIREITO CIVIL

33. Considere as seguintes assertivas a respeito das pessoas naturais:

- I. Os menores de dezesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.
- II. A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade da pessoa começa do nascimento com vida.
- III. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- IV. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

34. De acordo com a classificação dos bens adotada pelo Código Civil brasileiro, é correto afirmar que

- (A) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não por vontade das partes.
- (B) o direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para os efeitos legais, havendo, expressa determinação legal neste sentido.
- (C) são infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (D) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis para os efeitos legais, havendo, expressa determinação legal neste sentido.
- (E) são singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais.

35. De acordo com o Código Civil brasileiro, considera-se condição a cláusula que, derivando

- (A) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (B) da vontade das partes, da lei e de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (C) exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (D) da vontade das partes, da lei e de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (E) exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

36. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, a prescrição

- (A) não correrá entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, mas correrá normalmente entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (B) iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, em razão da característica da personalidade inerente ao instituto.
- (C) pode ser renunciada de forma expressa ou tácita e a renúncia só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (D) da pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários ocorre em 5 anos.
- (E) da pretensão para haver prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela, ocorre em dois anos.

37. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, o pagamento

- (A) feito por terceiro com oposição do devedor obriga a reembolsar aquele que pagou, inclusive se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- (B) deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
- (C) feito de boa-fé ao credor putativo é válido, exceto se provado depois que não era credor.
- (D) quando feito em quotas periódicas, a quitação da última não estabelece, em regra, a presunção de estarem solvidas as anteriores.
- (E) será efetuado, em regra, no domicílio do credor, por expressa disposição legal, cabendo ao devedor, se opor ao local, até vinte dias antes do vencimento.

38. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, o mandato
- (A) pode, em regra, ser expresso ou tácito, mas deverá ser, necessariamente escrito.
 - (B) outorgado por instrumento público não pode ser substabelecido mediante instrumento particular.
 - (C) presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, inclusive se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício.
 - (D) com poder para transigir importa o de firmar compromisso, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
 - (E) que contenha poderes de cumprimento ou confirmação de negócios encetados, aos quais se ache vinculado, é irrevogável.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. Paulo ajuizou uma demanda, pelo rito ordinário, contra Pedro e José. Pedro e José outorgam procurações a advogados diferentes. A demanda foi julgada procedente pelo Magistrado em Primeiro Grau. O prazo para Pedro e José ingressarem com o recurso de apelação cabível, a partir da data da intimação, é de
- (A) 10 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 20 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 60 dias.

40. Considere as seguintes assertivas sobre a comunicação dos atos processuais, nos termos do Código de Processo Civil:
- I. Em regra, a citação deverá ser feita pelo correio para qualquer comarca do País.
 - II. A carta de ordem será expedida para a prática de ato processual se o Juiz for subordinado ao Tribunal de que dela emanar.
 - III. Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
 - IV. A citação deve obrigatoriamente ser feita por oficial de justiça nas ações de estado.
- Está correta a que se afirma em
- (A) I, II e III, somente.
 - (B) I, II e IV, somente.
 - (C) I, III e IV, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) I, II, III e IV.

41. NÃO é título extrajudicial
- (A) a sentença arbitral.
 - (B) o crédito de perito, quando os honorários forem aprovados por decisão judicial.
 - (C) a certidão de dívida ativa da União, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
 - (D) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.
 - (E) o contrato de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade.

42. O juiz NÃO está impedido para exercer suas funções no processo contencioso ou voluntário
- (A) em que funcionou como órgão do Ministério Público.
 - (B) que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
 - (C) quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
 - (D) quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
 - (E) quando for parente consanguíneo, de alguma das partes, em linha colateral até o terceiro grau.

43. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Sobre os procuradores, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Sendo comum às partes o prazo processual, os autos não podem, em nenhuma hipótese, serem retirados do cartório.
 - (B) Para a prática de atos urgentes, o advogado poderá postular em juízo, mas deverá exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de 10 dias.
 - (C) A procuração geral para o foro habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para reconhecer a procedência do pedido.
 - (D) A parte poderá postular em causa própria quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, apenas no caso de falta de advogado no local.
 - (E) O advogado tem direito de retirar os autos do cartório pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar nele por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.

44. A tutela antecipada poderá
- I. ser revogada ou modificada, em regra, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
 - II. ser concedida, ainda que haja perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
 - III. ser concedida quando, existindo prova inequívoca, o juiz se convença da verossimilhança das alegações e fique caracterizado o abuso do direito de defesa.
 - IV. ser concedida quando um ou mais pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II, III e IV.

DIREITO PENAL

45. Luiz, tão logo seu tio faleceu, alterou o testamento particular por ele deixado para lhe atribuir parte da herança. Luiz responderá por crime de
- (A) supressão de documento.
 - (B) falsificação de documento particular.
 - (C) falsidade ideológica.
 - (D) falsidade material de atestado ou certidão.
 - (E) falsificação de documento público.

46. Paulo foi condenado à pena de 6 anos de reclusão, mínima prevista para o delito que cometeu, em regime inicial fechado. A sentença transitou em julgado. Lei posterior ao trânsito em julgado da sentença reduziu a pena mínima para o delito por cuja prática havia sido condenado para 3 anos de reclusão. Três anos após o trânsito em julgado da sentença e dois anos após a publicação dessa lei, Paulo foi preso e começou a cumprir a pena privativa de liberdade. Nesse caso, Paulo

- (A) tem direito à redução da pena que lhe foi imposta com fundamento no novo patamar estabelecido pela lei nova.
- (B) não tem direito à redução da pena, porque a lei nova que a reduziu entrou em vigor após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (C) não tem direito à redução da pena, porque, em decorrência do princípio da anterioridade da lei penal, aplica-se a lei em vigor à época do fato delituoso.
- (D) não tem direito à redução da pena, porque estava foragido, podendo, apenas, pleitear o seu cumprimento em regime menos rigoroso.
- (E) só teria direito à redução da pena se tivesse sido preso e iniciado o cumprimento da pena antes de entrar em vigor a lei que a reduziu.

47. Considere as assertivas a respeito do concurso de pessoas.

- I. Há concurso de agentes quando dois motoristas, dirigindo imprudentemente seus veículos, provocam colisão, daí resultando a morte de terceiro.
- II. Há concurso de agentes quando duas pessoas deixam de prestar socorro a uma terceira pessoa ferida, podendo cada uma delas fazê-lo sem risco pessoal.
- III. Considera-se partícipe e não co-autor o ex-empregado de um hotel que revela o segredo do cofre desse estabelecimento, possibilitando que dois hóspedes amigos seus subtraíssem valores do seu interior.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

48. Admite-se a exceção da verdade no crime de

- (A) calúnia, se do crime imputado, embora de ação pública, o acusado for absolvido por sentença irreversível.
- (B) injúria, se a ofensa consistir na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.
- (C) difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- (D) calúnia, se o crime foi cometido contra o Presidente da República, chefe de governo estrangeiro ou funcionário público no exercício de suas funções.
- (E) calúnia, se constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença recorrível.

49. Paulo e Pedro alugaram um helicóptero e, com a utilização da corda de salvamento, possibilitaram a fuga do chefe da quadrilha a que pertenciam, içando-o do pátio da penitenciária onde cumpria pena privativa de liberdade. Nesse caso, Paulo e Pedro responderão por crime de

- (A) arrebatamento de preso.
- (B) motim de presos.
- (C) fuga de pessoa presa.
- (D) favorecimento pessoal.
- (E) evasão mediante violência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

50. A ação penal privada subsidiária da pública pode ser ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se

- (A) não concordar com os termos da denúncia apresentada pelo Ministério Público.
- (B) o Ministério Público tiver requerido o arquivamento do inquérito policial.
- (C) a denúncia apresentada pelo Ministério Público for rejeitada pelo Juiz.
- (D) o Ministério Público tiver devolvido o inquérito à polícia para novas diligências.
- (E) a ação penal pública não for intentada no prazo legal.

51. A respeito do perdão, considere as assertivas:

- I. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará e produzirá efeito em relação a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- II. A aceitação do perdão só poderá ser manifestada mediante declaração expressa dos autos.
- III. A aceitação do perdão é personalíssima, não podendo ser aceita por procurador com poderes especiais.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

52. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns,

- (A) os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (B) os membros do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) os membros do Tribunal de Contas da União.
- (D) os membros dos Tribunais Regionais Federais.
- (E) o Procurador-Geral da República.

53. A respeito do assistente do Ministério Público é correto afirmar que

- (A) o co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente.
- (B) não será permitido ao assistente propor meios de prova.
- (C) não caberá recurso do despacho que admitir ou não o assistente.
- (D) o assistente será admitido até a sentença de primeira instância.
- (E) o assistente poderá ser admitido sem prévia oitiva do Ministério Público.

54. Certificado pelo oficial de justiça que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á
- (A) por hora certa.
 - (B) por edital, com prazo de 5 dias.
 - (C) por edital com prazo de 15 dias.
 - (D) por edital com prazo de 30 dias.
 - (E) por edital com prazo de 90 dias.

55. A respeito da prisão temporária, é correto afirmar:
- (A) Não pode ser decretada pelo juiz de ofício, mas apenas em decorrência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público.
 - (B) Decorrido o prazo de sua duração, o preso só pode ser colocado em liberdade por ordem judicial.
 - (C) Pode ser decretada, dependendo da periculosidade do indiciado, pelo prazo de 15 dias, prorrogáveis por mais quinze.
 - (D) Se o preso não for primário e portador de bons antecedentes, não permanecerá em cela separada dos demais detentos.
 - (E) Só pode ser decretada após a prévia concordância do Ministério Público e pelo prazo de 10 dias, im-prorrogáveis.

REGIMENTO INTERNO DO TRF – 1ª REGIÃO

56. A Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, presidida pelo presidente do Tribunal e constituída por
- (A) dezoito desembargadores federais, será integrada pelo vice-presidente, corregedor-geral e pelos quinze desembargadores federais mais antigos.
 - (B) vinte e quatro desembargadores federais, será integrada pelo corregedor-geral e pelos vinte e dois desembargadores federais que integram o Plenário.
 - (C) vinte e sete juízes vitalícios, será composta por vinte e um juízes federais, três advogados e três membros do Ministério Público Federal.
 - (D) trinta e três ministros eleitos por voto secreto do Plenário, terá jurisdição em todo o território nacional e sede na Capital Federal.
 - (E) todos os desembargadores federais, destina-se à formulação e implantação das políticas administrativas do Tribunal.

57. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, compete ao Corregedor-Geral
- (A) decidir os processos disciplinares e impor as respectivas penas aos servidores da Secretaria do Tribunal.
 - (B) resolver as dúvidas que se suscitarem na classificação dos feitos e papéis registrados na Secretaria do Tribunal, baixando as instruções necessárias.
 - (C) manter sob fiscalização e permanente atualização o assentamento funcional dos desembargadores federais, juízes federais e juízes federais substitutos.
 - (D) expedir instruções e orientações normativas destinadas ao aperfeiçoamento, à padronização e racionalidade dos serviços forenses de primeira instância.
 - (E) baixar os atos indispensáveis à disciplina dos serviços e à polícia do Tribunal.

58. As Seções para o julgamento da uniformização de jurisprudência, que se reúnem com a presença

- (A) da maioria absoluta de seus integrantes, serão presididas pelo presidente do Tribunal.
- (B) da maioria relativa de seus membros, serão conduzidas pelo desembargador federal mais antigo no órgão.
- (C) de dois terços de seus membros, excluído o presidente, serão presididas pelo vice-presidente.
- (D) de três quintos de seus respectivos membros, excluído o presidente, serão instauradas pelo relator.
- (E) de um terço de seus integrantes, deverão ser dirigidas por qualquer desembargador federal.

59. Tendo em vista o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e no que tange aos recursos das decisões do Tribunal, observe as seguintes afirmações:

- I. Do juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário e especial cabe agravo regimental.
- II. O recurso ordinário das decisões denegatórias de mandado de segurança julgados em única instância será interposto perante o Superior Tribunal de Justiça.
- III. Da decisão que confere ou nega efeito suspensivo em agravo de instrumento não cabe agravo regimental.
- IV. O relator não poderá negar seguimento ao agravo regimental, ainda que intempestivo.

É correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

60. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, os juízes federais substitutos

- (A) tomarão posse perante o corregedor-geral do Tribunal, em sessão solene.
- (B) poderão praticar todos os atos reservados por lei aos juízes federais vitalícios.
- (C) serão nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (D) não poderão perder o cargo, enquanto não adquirida a vitaliciedade, senão por proposta do Tribunal adotada pelo voto de mais da metade de seus membros.
- (E) serão indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes e nomeados pelo presidente do Tribunal.

